



3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Caderno de Orientações Metodológicas

Conselho Nacional de Economia Solidária

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Emprego





3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Caderno de Orientações Metodológicas

Conselho Nacional de Economia Solidária

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Emprego



Sumário

Introdução	5
I – Conferências Territoriais ou Intermunicipais	8
1.1 Objetivos	8
1.2 Abrangência Territorial	8
1.3 Planejamento e Convocação das Conferências Territoriais	8
1.4 O Passo-a-passo das Conferências Territoriais ou Intermunicipais	9
II – Conferências Municipais	18
2.1 Objetivos	18
2.2 Planejamento e Convocação das Conferências Municipais	18
2.3 O Passo-a-passo das Conferências Municipais	18
III – Conferências Temáticas e Livres	28
3.1 Objetivos	29
3.2 Planejamento e Convocação de Conferência Temática e Livre	29
3.3 O Passo-a-passo das Conferências Temáticas e Livres	29
IV – Conferências Estaduais	34
4.1 Objetivos	34
4.2 Planejamento e Convocação das Conferências Estaduais	34
4.3 O Passo A Passo Das Conferências Estaduais	34
Anexos	45

Introdução

As Conferências Públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, foi fundamental para afirmar os fundamentos e a identidade da economia solidária enquanto estratégia e política de desenvolvimento. Foram aprovadas prioridades para as políticas públicas de economia solidária em diversas áreas de intervenção: marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação, entre outras.

Em 2010, o Conselho Nacional de Economia Solidária convocou a II CONAES com os objetivos de realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária e das suas políticas públicas e avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.

Realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, a II CONAES foi mais um momento privilegiado de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes, desde as etapas preparatórias até a Conferência Nacional, possibilitando a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da economia solidária, da sociedade e do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

A partir da II CONAES, foi fortalecido o processo de diálogo com o poder legislativo para avançar em uma legislação nacional da economia solidária. As resoluções da II Conferência também foram inspiradoras no processo de elaboração dos objetivos e iniciativas das políticas públicas federais de economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012 a 2015.

Após quatro anos da segunda conferência, o Conselho Nacional de Economia Solidária convocou a terceira conferência, por meio da Resolução nº 05, de 19 de junho de 2013, com os seguintes objetivos:

- I – realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária;
- II – promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio a economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil;
- III – elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e
- IV – elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país.

A Conferência Nacional acontecerá no segundo semestre de 2014, em Brasília/DF, sendo precedida de conferências preparatórias temáticas, municipais, territoriais e estaduais.

A III Conferência Nacional de Economia Solidária terá como Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. Dessa forma, a III CONAES busca dar mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública de economia solidária em âmbito nacional.

A elaboração do Plano Nacional e dos Planos Municipais, Territoriais e Estaduais será uma oportunidade para:

- a) possibilitar que as elaborações e definições políticas nacionais tenham maior concretude em processos de desenvolvimento mais próximos a vida dos diversos sujeitos da economia solidária;

b) permitir a construção de processos mais articulados e integrados de planejamento e implementação das políticas de economia solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos, o diálogo com outros processos territoriais e setoriais de desenvolvimento;

c) gerar e fortalecer políticas locais de economia solidária, bem como, criar condições mais propícias no âmbito municipal, territorial e estadual para a promoção das políticas nacionais que possam fortalecer a economia solidária; e

d) fortalecer as bases sociais e ampliar a força política e organizativa para conquistar políticas mais adequadas as necessidades e exigências da economia solidária e aos processos de desenvolvimento sustentável e solidário.

As Conferências Municipais, Territoriais e Estaduais terão como finalidade a elaboração dos planos relativos às respectivas abrangências e estabelecer suas interações, bem como, elaborar proposições para o Plano Nacional.

Na elaboração de planos municipais, territoriais e estaduais deve-se, para além da realidade e da política nacional que afetam a as iniciativas locais de economia solidária, considerar as especificidades da realidade local e o contexto que envolve a economia solidária; os diferentes e contraditórios processos de políticas públicas de economia solidária; e a diversidade de sujeitos envolvidos na economia solidária e de correlação de forças para o seu fortalecimento.

Para tanto as comissões organizadoras de cada uma destas conferências precisam criar as condições necessárias para que estas particularidades possam ser evidenciadas e que orientem a metodologia de elaboração dos planos. Com essa perspectiva, a metodologia da III CONAES é orientada pelos seguintes eixos orientadores:

EIXO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional.

EIXO II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO: definições estratégicas considerando a análise do contexto, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

EIXO III – LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PLANO (AGENDA NO LUGAR DE DIRETRIZES OPERACIONAIS): elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

As CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS elaborarão planos territoriais de economia solidária e oferecerão subsídios para as conferências estaduais. As Conferências Territoriais ou Regionais poderão ser antecedidas de CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS convocadas pelo executivo municipal ou pelo conselho municipal de economia solidária quando houver. Nessas conferências devem ser elaborados os Planos Municipais de Economia Solidária.

Tanto nas conferências territoriais quanto nas municipais, serão formadas, no término do evento, comissões com a finalidade de dar continuidade à elaboração do Plano Territorial ou Municipal de Economia Solidária. Além disso, sugere-se que, se o território ou município já tiver um Plano de Desenvolvimento, deve-se buscar aperfeiçoá-lo inserindo as estratégias e prioridades da economia solidária. Para tanto, é fundamental, dialogar com o colegiado territorial ou municipal responsável pelo plano já existente para apresentar os resultados da Conferência de Economia Solidária e propor as ações.

As CONFERÊNCIAS ESTADUAIS debaterão e deliberarão sobre documento referencial com propostas para o plano estadual de economia solidária com os subsídios das conferências municipais, territoriais, temáticas e livres preparatórias.

O Conselho Estadual de Economia Solidária, quando houver, ou a Comissão Estadual formada ao final da Conferência Estadual deverá reunir e traçar um cronograma para a continuidade da elaboração do

Plano Estadual da Economia Solidária. O ideal é que os Planos Estaduais sejam elaborados até março de 2015 para subsidiar a elaboração dos Planos Plurianuais estaduais e nacional. Se já houver um Plano de Desenvolvimento Estadual da Economia Solidária, deve-se apenas buscar aperfeiçoá-lo inserindo as estratégias e prioridades aprovadas na Conferência.

Para a ETAPA NACIONAL, a Comissão Organizadora Nacional da III CONAES elaborará um documento referencial com proposta de um Plano Nacional da Economia Solidária contendo os subsídios das conferências estaduais, temáticas e livres. A Comissão Organizadora Nacional sistematizará o relatório final e os anais da III CONAES, submetendo-os ao CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA que elaborará e definirá o documento com o Plano Nacional de Economia Solidária.

Além disso, cabe ao Conselho Nacional definir as estratégias de inclusão do plano nacional de economia solidária com base nas resoluções da III CONAES, no Plano Plurianual do Governo Federal e na Política Nacional de Economia Solidária.

O presente Guia Metodológico é um instrumento de apoio às Comissões Organizadoras das Etapas Preparatórias da III CONAES. Para cada conferência foram elaborados objetivos, esclarecimentos sobre a abrangência, orientações para preparação e planejamento e um roteiro detalhado com o “passo a passo” da atividade. Dessa forma, espera-se que os resultados de cada uma das etapas, possam contribuir para o enriquecimento da etapa posterior e, de modo geral, fortalecer a economia solidária no Brasil.

I – Conferência Territoriais ou Intermunicipais

1.1 Objetivos

São objetivos específicos das conferências territoriais:

- a) promover a elaboração de planos territoriais de desenvolvimento da economia solidária;
- b) oferecer subsídios para os planos estaduais que serão debatidos nas conferências estaduais; e
- c) eleger delegados e delegadas para as conferências estaduais de economia solidária considerando que a realização de Conferências Territoriais é fator indispensável para a participação de delegados nas Conferências Estaduais.

1.2 Abrangência Territorial

As Conferências Territoriais são supramunicipais e infraestaduais, definidas a partir de agrupamento de municípios, tais como as microrregiões, as regiões metropolitanas, os consórcios municipais de desenvolvimento, os territórios da cidadania, os territórios de desenvolvimento rural sustentável, entre outros exemplos.

As Conferências Territoriais ou Regionais poderão ser antecedidas de conferências municipais convocadas pelo executivo municipal ou pelo conselho municipal de economia solidária quando houver.

A comissão organizadora estadual definirá a necessidade de realizar conferências municipais eletivas, quando, por motivos objetivos de distância ou impossibilidades conjunturais, não for possível a realização de conferências territoriais.

1.3 Planejamento e Convocação das Conferência Territoriais

A Comissão Organizadora Estadual deverá planejar e convocar as conferências territoriais, inclusive considerando aqueles territórios com índices mais elevados de pobreza. A Conferência Territorial será convocada preferencialmente em conjunto com os Executivos Municipais e ou Conselhos Municipais de Economia Solidária, quando houver.

Também cabe à Comissão Organizadora Estadual elaborar orientações específicas para as conferências territoriais no âmbito da abrangência da respectiva UF.

1.4 O Passo-a-passo das Conferências Territoriais ou Intermunicipais



Comissão Organizadora Territorial

Para a realização da Conferência Territorial ou Intermunicipal, deverá ser constituída uma COMISSÃO ORGANIZADORA TERRITORIAL com a participação de representantes dos diversos segmentos, considerando os municípios da abrangência territorial ou regional, com as seguintes atribuições:

- a) elaborar metodologia e programação da conferência preparatória na respectiva abrangência, adequando a proposta presente neste Guia para a realidade territorial;
- b) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições;
- c) mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais na respectiva conferência;
- d) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência;
- e) articular-se com a Comissão Organizadora Estadual para a mobilização de moderadores de grupos de trabalho e palestrantes;
- f) definir o número de participantes para as conferências territoriais, levando-se em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e os critérios de representatividade e diversidade, de forma a assegurar a participação dos principais segmentos da economia solidária no território;
- g) preparar o material didático para a conferência com o Texto de Referência da III CONAES, texto próprio para a realidade territorial, cópias do regimento interno e outros materiais necessários; e
- h) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência e remeter à Comissão Organizadora Estadual.



Mobilização dos Participantes

A Comissão Organizadora Territorial deverá mobilizar os empreendimentos econômicos solidários, as

entidades da sociedade civil e os órgãos e entidades públicas para contribuir com a organização e participar ativamente da Conferência Territorial.

Além de participar ativamente da Comissão Organizadora, os fóruns territoriais de economia solidária serão fundamentais para esse processo de mobilização.

Sugere-se a realização de reuniões ou outros tipos de atividades preparatórias nos municípios para debater a realidade da economia solidária e a importância de construir um plano territorial para o desenvolvimento da mesma.

As reuniões de mobilização também devem servir para construir as condições para participação da delegação do município na conferência territorial, tais como, a organização de transporte, da hospedagem etc.

A Conferência Territorial deverá ter a participação proporcional dos seguintes segmentos:

Representantes do Poder Público: gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25% dos participantes);

Organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25% dos participantes); e

Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50% dos participantes).

Além da representação dos segmentos, conforme o regulamento geral da III CONAES, deve ser considerado os seguintes critérios adicionais: participação proporcional de homens e de mulheres; presença de povos e populações tradicionais e outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária no território.



Planejamento da Infraestrutura

A Comissão Organizadora Territorial deve promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência: transporte, hospedagem, refeições, espaço físico, material didático.

Os apoios devem ser buscados junto aos órgãos governamentais estaduais e municipais, com organizações da sociedade civil, com os empreendimentos econômicos solidários e com outras organizações públicas e privadas interessadas em promover o desenvolvimento territorial.

A construção da conferência territorial pode se transformar em um grande mutirão, ampliando o apoio e à adesão à economia solidária.

Além disso, recomenda-se que sejam aproveitados momentos e atividades já programadas no território para realizar a conferência da economia solidária, tais como: feiras de economia solidária, seminários dos projetos ou programas em execução etc. Dessa forma, pode-se otimizar recursos e garantir o maior número de participantes na Conferência Territorial.



Realização – Roteiro Metodológico

Apresentamos a seguir um roteiro metodológico para a Conferência Territorial que será realizada em 02 dias, com 16 horas de duração. Em seguida, o roteiro foi adaptado para Conferências que serão realizadas em apenas 01 dia, com 08 horas de duração.

Conferência Territorial com 16 horas de duração

1º Momento: Credenciamento: Sugere-se que o credenciamento seja feito desde o dia anterior à realização da conferência e durante todo o primeiro dia da conferência, até o momento das deliberações (votação das propostas e eleição de delegados/as) para aproveitar o máximo do tempo.

No ato do credenciamento, cada participante deverá escolher um dos Grupos Temáticos (ver Passo Metodológico 4º), tendo em vista que o número de participantes em cada grupo será definido pela Comissão Organizadora Territorial.

2º Momento: Abertura da conferência, boas vindas, saudações e apresentação dos participantes.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural regional.

Nesse momento também pode-se organizar uma mesa de abertura para saudação dos organizadores aos participantes.

3º Momento: Leitura e aprovação do regimento interno da conferência territorial com objetivos, metodologia, procedimento para apreciação das propostas e forma de escolha de delegados e delegadas do território para a Conferência Estadual de Economia Solidária.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

A Comissão Organizadora Estadual deverá propor uma minuta para regimento das conferências territoriais nos seus estados.

Os critérios de escolha e o número de delegados e delegadas de cada um dos territórios para participar da Conferência Estadual serão definidos e informados pela Comissão Organizadora Estadual.

4º Momento: Apresentação e debate do Texto de Referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária e do texto da realidade local.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

A Comissão Organizadora Territorial deverá apresentar o texto ou solicitar que palestrantes convidados façam esta apresentação. Promover o debate com o máximo de participação e envolvimento.

5º Momento: Grupos Temáticos para construção das proposições. Tempo sugerido: 05 horas de duração, sendo 02 (duas) horas para diagnóstico e 03 (três) horas para proposição.

Os participantes da Conferência deverão ser organizados em 04 (quatro) grupos temáticos para debater as perguntas que ajudam a orientar a construção de um plano territorial de economia solidária.

Os Grupos Temáticos são:

Grupo 01 – Produção, Comercialização e Consumo Sustentáveis;

Grupo 02 – Financiamento: crédito e finanças solidárias;

Grupo 03 – Conhecimentos: educação, formação e assessoramento; e

Grupo 04 – Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas.

Além desses 04 Grupos Temáticos, a Comissão Organizadora poderá propor outro(s) que deem conta de debater conteúdos ou temáticas específicas da realidade local.

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo 1 – Produção, comercialização e consumo.	
<p>Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no território para promover produção, comercialização e consumo sustentáveis? Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária no território? O que ameaça ou limita o fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentáveis no território?</p>	<p>Quais as prioridades para fomentar atividades de produção, comercialização e consumo sustentáveis no território? Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para promover a produção, a comercialização e o consumo na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável?</p>
Grupo 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias	
<p>Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no território para acessar financiamento e promover as iniciativas de finanças solidárias? Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária no território com acesso ao financiamento e promoção das iniciativas de finanças solidárias? O que ameaça ou limita o acesso ao financiamento e a promoção das iniciativas de finanças solidárias?</p>	<p>Quais as prioridades para financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promoção das iniciativas de finanças solidárias no território? Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para o acesso ao financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promover as iniciativas de finanças solidárias na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável?</p>
Grupo 3 – Conhecimentos: educação, formação e assessoramento	
<p>Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território? Quais as oportunidades existentes para fortalecer o acesso aos conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território? O que ameaça ou limita o acesso aos conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território?</p>	<p>Quais as prioridades e estratégias para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território? Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável?</p>

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo 4 - Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas	
<p>Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para promover um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas no território?</p> <p>Quais as oportunidades para criar ou fortalecer um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da economia solidária no território?</p> <p>O que ameaça ou limita o reconhecimento, o desenvolvimento e o fortalecimento da economia solidária no território?</p>	<p>Quais as políticas públicas prioritárias para o fomento e o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias?</p> <p>Como construir um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária nos municípios e no território?</p> <p>Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para criar ou fortalecer um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas no território?</p>

6º Momento: Plenária final

Apresentação das Sínteses dos diagnósticos e deliberação sobre as proposições dos Grupos de Trabalho.

Tempo Sugerido: 03 (três) horas.

Cada Grupo de Trabalho apresenta a síntese do diagnóstico.

As proposições formuladas pelos Grupos de Trabalho devem ser projetadas para todos os participantes. Cada grupo deve destacar até 05 (cinco) propostas para enviar como contribuição para a etapa estadual da conferência.

Os participantes debatem e aprovam até 10 (dez) propostas prioritárias para enviar como contribuição para a Conferência Estadual de Economia Solidária.

A forma de escolha e deliberação deverá estar prevista no regimento interno da conferência.

Eleição de delegados e delegados, titulares e suplentes, para representar o território na Conferência Estadual de Economia Solidária.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

As regras e critérios para eleição deverão estar definidos no regimento interno.

Lembrar que além da proporcionalidade dos segmentos (50% de empreendimentos, 25% de entidades de apoio e 25% de gestores públicos), o regulamento geral da III CONAES estabeleceu outros critérios e proporcionalidades:

- a) garantia de, no mínimo, 50% de mulheres;
- b) garantia de representação de povos e populações tradicionais, conforme critérios definidos pelas comissões organizadoras estaduais; e
- c) outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária na respectiva UF.

Constituição de uma Comissão Territorial para dar continuidade à elaboração do Plano Territorial de Economia Solidária.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

Debater e definir estratégias para continuidade do processo.

Se o território já tiver um Plano Territorial de Desenvolvimento a estratégia deve ser de como garantir ou fortalecer a presença da economia solidária no plano já existente.

Deve ser escolhida uma Comissão Territorial para continuar animando o processo de formulação do plano.

7º Momento: Encerramento da Conferência Territorial.

Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural regional.

Nesse momento também pode-se organizar uma mesa de encerramento com os organizadores da conferência e seus apoiadores para apresentação de compromissos com a continuidade do processo.

Conferência Territorial com 8 horas de duração (ver orientações detalhadas no texto acima)

1º Momento: Credenciamento prévio.

2º Momento: Abertura da conferência, boas vindas, saudações e apresentação dos participantes. Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

3º Momento: Leitura e aprovação do regimento interno da conferência territorial. Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

4º Momento: Apresentação do Texto de Referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária. Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

5º Momento: Grupos Temáticos para construção das proposições. Tempo sugerido: 02 (duas) horas de duração. Os participantes da Conferência deverão ser organizados em 04 (quatro) grupos de trabalho para debater as seguintes perguntas que ajudam a orientar a construção de um plano territorial de economia solidária.

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo 1 – Produção, comercialização e consumo	
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no território para promover produção, comercialização e consumo sustentáveis?	Quais as prioridades para fomentar atividades de produção, comercialização e consumo sustentáveis no território?
Grupo 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias	
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no território para acessar financiamento e promover as iniciativas de finanças solidárias?	Quais as prioridades para financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promoção das iniciativas de finanças solidárias no território?

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo 3 – Acesso a Conhecimentos: educação, formação e assessoramento	
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território?	Quais as prioridades e estratégias para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território?
Grupo 4 – Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas	
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para promover um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas no território?	Quais as políticas públicas prioritárias para o fomento e o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias?

6º Momento:

Apresentação das Sínteses dos diagnósticos e deliberação sobre as proposições dos Grupos de Trabalho. Tempo Sugerido: 02 (duas) horas.

Eleição de delegados e delegadas para representar o território na Conferência Estadual de Economia Solidária. Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

Escolha de Comissão Territorial para dar continuidade à elaboração do Plano Territorial de Economia Solidária. Tempo Sugerido: 10 (dez) minutos.

7º Momento: Encerramento da Conferência Territorial. Tempo Sugerido: 20 (vinte) minutos.



Após a Conferência Territorial: Construir um Plano Territorial para o Fortalecimento da Economia Solidária

A Comissão Organizadora da Conferência Territorial deverá remeter à Comissão Organizadora Estadual os seguintes documentos:

- a) relação dos participantes da conferência territorial;
- b) relação e ficha de inscrição dos delegados e delegadas, titulares e suplentes, eleitos/as para a etapa estadual;
- c) relatório síntese da conferência territorial com as 10 (dez) propostas prioritárias para enviar como contribuição para a Conferência Estadual de Economia Solidária.

A Comissão escolhida ao final da Conferência Territorial deverá reunir e traçar um cronograma para a continuidade da elaboração do Plano Territorial da Economia Solidária. O ideal é que os Planos Territoriais sejam elaborados até dezembro de 2014 para subsidiar os planos estadual e nacional.

Como sugerido anteriormente, se o Território já tiver um Plano de Desenvolvimento Territorial atu-

alizado, deve-se apenas buscar aperfeiçoá-lo inserindo as estratégias e prioridades da economia solidária. Para tanto, é fundamental, dialogar com o colegiado territorial responsável pelo plano para apresentar os resultados da Conferência de Economia Solidária e propor as ações.

Para construção do Plano, sugere-se a realização de seminários por município do território, apresentando os resultados da Conferência Territorial e dialogando com as realidades locais. Da mesma forma, propõe-se a realização de reuniões com segmentos (poder público, entidades e movimentos sociais e empreendimentos) para aprofundar as questões específicas.

Para conclusão do processo, sugere-se a realização de uma atividade territorial onde a Comissão responsável pelo processo possa apresentar um esboço do Plano e definir os próximos passos.

Considerando que o Plano não é algo estático (parado no tempo), deve haver um cronograma para acompanhar sua execução e para o aperfeiçoamento (atualização, correção) do mesmo.

II – Conferências Municipais

As Conferências Territoriais ou Intermunicipais poderão ser antecedidas de conferências municipais convocadas pelo executivo municipal ou pelo conselho municipal de economia solidária quando houver.

A participação nas conferências municipais não é exigência ou requisito obrigatório para participação nas conferências territoriais ou regionais.

A comissão organizadora estadual definirá a necessidade de realizar conferências municipais eletivas, quando, por motivos objetivos de distância ou impossibilidades conjunturais, não for possível a realização de conferências territoriais.

2.1 Objetivos

São objetivos específicos das conferências municipais:

- a) promover a elaboração de planos municipais de desenvolvimento da economia solidária;
- b) oferecer subsídios para os planos territoriais e estaduais que serão debatidos nas conferências territoriais e estaduais; e
- c) quando for convocada pela Comissão Organizadora Estadual, eleger delegados e delegadas para as conferências estaduais de economia solidária.

2.2 Planejamento e Convocações das Conferência Municipais

As Conferências Municipais preparatórias às Conferências Territoriais serão convocadas pelo executivo municipal ou pelo conselho municipal de economia solidária quando houver.

As Conferências Municipais poderão ser convocadas pela respectiva Comissão Organizadora Estadual em conjunto com os Executivos Municipais e ou Conselhos Municipais de Economia Solidária, quando houver.

2.3 O Passo-a-passo das Conferências Municipais

Foram formulados os passos metodológicos para realização das conferências municipais.



Comissão Organizadora Municipal

Para a realização da Conferência Municipal, deverá ser constituída uma COMISSÃO ORGANIZADORA com a participação de representantes dos diversos segmentos, considerando os segmentos da economia solidária, com as seguintes atribuições:

- a) elaborar metodologia e programação da conferência, adequando a proposta presente neste Guia para a realidade territorial;
- b) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições;
- c) mobilizar e articular a participação dos empreendimentos econômicos solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais na respectiva conferência;
- d) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência;
- e) articular-se com a Comissão Organizadora Estadual para a mobilização de moderadores de grupos de trabalho e palestrantes;
- f) definir o número de participantes para a conferência, levando-se em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e os critérios de representatividade e diversidade, de forma a assegurar a participação dos principais segmentos da economia solidária no território;
- g) preparar o material didático para a conferência com o Texto de Referência da III CONAES, um texto contextualizando a economia solidária no município, cópias do regimento interno e outros materiais necessários; e
- h) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência e remeter à Comissão Organizadora Estadual.

A Comissão Organizadora deverá mobilizar os empreendimentos econômicos solidários, as entidades da sociedade civil e os órgãos e entidades públicas para contribuir com a organização e participar ativamente da Conferência Municipal.



Mobilização dos Participantes

Além de participar ativamente da Comissão Organizadora, os fóruns municipais de economia solidária serão fundamentais para esse processo de mobilização.

Sugere-se a realização de reuniões ou outros tipos de atividades preparatórias nas localidades dos municípios para debater a realidade da economia solidária e a importância de construir um plano municipal para o desenvolvimento da mesma.

As reuniões de mobilização também devem servir para construir as condições para participação das delegações na conferência, tais como, a organização de transporte, da hospedagem etc.

A Conferência Municipal deverá ter a participação proporcional dos seguintes segmentos:

- a) Representantes do Poder Público: gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25% dos participantes);
- b) Organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25% dos participantes); e
- c) Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50% dos participantes).

Além da representação dos segmentos, conforme o regulamento geral da III CONAES, deve ser considerado os seguintes critérios adicionais: participação proporcional de homens e de mulheres; presença de povos e populações tradicionais e outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária no território.



Planejamento da Infraestrutura

A Comissão Organizadora deve promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência: transporte, hospedagem, refeições, espaço físico, material didático.

Os apoios devem ser buscados junto aos órgãos governamentais municipais, com organizações da sociedade civil, com os empreendimentos econômicos solidários e com outras organizações públicas e privadas interessadas em promover o desenvolvimento municipal.

A construção da conferência pode se transformar em um grande mutirão, ampliando o apoio e à adesão à economia solidária.

Além disso, recomenda-se que sejam aproveitados momentos e atividades já programadas no município para realizar a conferência da economia solidária, tais como: feiras de economia solidária, seminários dos projetos ou programas em execução etc. Dessa forma, pode-se otimizar recursos e garantir o maior número de participantes na Conferência Municipal.



Realização – Roteiro Metodológico

Apresentamos a seguir um roteiro metodológico para a Conferência Municipal que será realizada em 02 dias, com 16 horas de duração. Em seguida, o roteiro foi adaptado para Conferências que serão realizadas em apenas 01 dia, com 08 horas de duração.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL COM 16 (DEZESSEIS) HORAS DE DURAÇÃO.

1º Momento: Credenciamento: • Sugere-se que o credenciamento seja feito desde o dia anterior à realização da conferência e durante todo o primeiro dia da conferência, até o momento das deliberações (votação das propostas e eleição de delegados/as, quando tiver esta finalidade) para aproveitar o máximo do tempo.

- No ato do credenciamento, cada participante deverá escolher um dos Grupos de Trabalho (ver Passo Metodológico 4º). O número de participantes em cada grupo será definido pela Comissão

Organizadora Municipal.

2º Momento: Abertura da conferência, boas vindas, saudações e apresentação dos participantes.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

- Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural local.
- Nesse momento também pode-se organizar uma mesa de abertura para saudação dos organizadores aos participantes.

3º Momento: Leitura e aprovação do regimento interno da conferência municipal com objetivos, metodologia, procedimento para apreciação das propostas e forma de escolha de delegados e delegadas do município, quando for o caso, para a Conferência Estadual de Economia Solidária.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

- A Comissão Organizadora Estadual poderá propor uma minuta para regimento das conferências municipais nos seus estados.
- Quando for o caso específico de convocação da conferência municipal pela Comissão Organizadora Estadual, os critérios de escolha e o número de delegados e delegadas do município para participar da Conferência Estadual serão definidos e informados pela mesma Comissão Organizadora Estadual.

4º Momento: Apresentação e debate do Texto de Referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária e de texto contextualizando a economia solidária no município.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

- A Comissão Organizadora deverá apresentar o texto ou solicitar que palestrantes convidados façam esta apresentação.
- Promover o debate com o máximo de participação e envolvimento.

5º Momento: Grupos Temáticos para construção das proposições.

Tempo sugerido: 05 horas de duração, sendo 02 (duas) horas para diagnóstico e 03 (três) horas para proposição.

- Os participantes da Conferência deverão ser organizados em 04 (quatro) grupos temáticos para debater as perguntas que ajudam a orientar a construção de um plano territorial de economia solidária.
- Os Grupos Temáticos são:
 - Grupo 01 – Produção, Comercialização e Consumo Sustentáveis;
 - Grupo 02 – Financiamento: crédito e finanças solidárias;
 - Grupo 03 – Conhecimentos: educação, formação e assessoramento; e
 - Grupo 04 – Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas.
- Além desses 04 Grupos Temáticos, a Comissão Organizadora poderá propor outro(s) que deem conta de debater conteúdos ou temáticas específicas da realidade local.

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo Temático 1 – Produção, comercialização e consumo.	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no município para promover produção, comercialização e consumo sustentáveis?</p> <p>2. Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária no município?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentáveis no município?</p>	<p>4. Quais as prioridades para fomentar atividades de produção, comercialização e consumo sustentáveis no município?</p> <p>5. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para promover a produção, a comercialização e o consumo na perspectiva do desenvolvimento municipal sustentável?</p>
Grupo Temático 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no município para acessar financiamento e promover as iniciativas de finanças solidárias?</p>	<p>4. Quais as prioridades para financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promoção das iniciativas de finanças solidárias no município?</p>
Grupo Temático 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias	
<p>2. Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária no município com acesso ao financiamento e promoção das iniciativas de finanças solidárias ?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o acesso ao financiamento e a promoção das iniciativas de finanças solidárias?</p>	<p>5. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para o acesso ao financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promover as iniciativas de finanças solidárias na perspectiva do desenvolvimento municipal sustentável?</p>
Grupo Temático 3 – Conhecimentos: educação, formação e assessoramento	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no município?</p> <p>2. Quais as oportunidades existentes para fortalecer o acesso aos conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no município?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o acesso aos conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no município?</p>	<p>4. Quais as prioridades e estratégias para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no município?</p> <p>5. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas na perspectiva do desenvolvimento municipal sustentável?</p>

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo Temático 3 – Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para promover um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas no território?</p> <p>2. Quais as oportunidades para criar ou fortalecer um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da economia solidária no território?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o reconhecimento, o desenvolvimento e o fortalecimento da economia solidária no território?</p>	<p>4. Quais as políticas públicas prioritárias para o fomento e o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias?</p> <p>5. Como construir um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária nos municípios e no território?</p> <p>6. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para criar ou fortalecer um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas no território?</p>

6º Momento: Plenária final

a) Apresentação das Sínteses dos diagnósticos e deliberação sobre as proposições dos Grupos de Trabalho.

Tempo Sugerido: 03 (três) horas.

- Cada Grupo de Trabalho apresenta a síntese do diagnóstico.
- As proposições formuladas pelos Grupos de Trabalho devem ser projetadas para todos os participantes. Cada grupo deve destacar até 05 (cinco) propostas para enviar como contribuição para a etapa territorial ou estadual da conferência, considerando cada caso.
- Os participantes debatem e aprovam até 10 (dez) propostas prioritárias para enviar como contribuição para a Conferência Estadual de Economia Solidária ou para a Conferência Territorial, considerando cada caso.
- A forma de escolha e deliberação deverá estar prevista no regimento interno da conferência.

b) Eleição de delegados e delegadas, titulares e suplentes, para representar o município na Conferência Estadual de Economia Solidária.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

- Quando a conferência municipal for preparatória para a conferência territorial, não há obrigação de eleição de delegados e delegadas.
- Quando a conferência municipal for convocada pela Comissão Organizadora Estadual, deverá eleger delegados e delegadas para a Conferência Estadual de Economia Solidária.
- As regras e critérios para eleição deverão estar definidos no regimento interno.
- Lembrar que além da proporcionalidade dos segmentos (50% de empreendimentos, 25% de entidades de apoio e 25% de gestores públicos), o regulamento geral da III CONAES estabeleceu outros critérios e proporcionalidades:

- garantia de, no mínimo, 50% de mulheres;
- garantia de representação de povos e populações tradicionais, conforme critérios definidos pelas comissões organizadoras estaduais; e
- outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária no respectivo município.

c) Constituição de Comissão Municipal para dar continuidade à elaboração do Plano Municipal de Economia Solidária.

Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.

- Debater e definir estratégias para continuidade do processo.
- Se o território já tiver um Plano Municipal de Desenvolvimento, a estratégia deve ser de como garantir ou fortalecer a presença da economia solidária no plano já existente.
- Quando existir Conselho Municipal de Economia Solidária, o mesmo deverá assumir a tarefa de dar continuidade à elaboração do Plano Municipal.
- Quando não existir Conselho Municipal de Economia Solidária, deverá ser escolhida uma Comissão para continuar animando o processo de formulação do plano.

7º Momento: Encerramento da Conferência Territorial.

Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

- Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural regional.
- Nesse momento também pode-se organizar uma mesa de encerramento com os organizadores da conferência e seus apoiadores para apresentação de compromissos com a continuidade do processo.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL COM 8 (OITO) HORAS DE DURAÇÃO (ver as orientações detalhadas acima)

1º Momento: Credenciamento

2º Momento: Abertura da conferência, boas vindas, saudações e apresentação dos participantes.
Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

3º Momento: Leitura e aprovação do regimento interno. Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

4º Momento: Apresentação do Texto de Referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária.
Tempo Sugerido: 30 (trinta) minutos.

5º Momento: Grupos de Trabalho para construção das proposições. Tempo sugerido: 02 (duas) horas de duração. Os participantes da Conferência deverão ser organizados em 04 (quatro) grupos de trabalho para debater as seguintes perguntas que ajudam a orientar a construção de um plano territorial de economia solidária.

Questões de Diagnóstico	Questões Propositivas
Grupo Temático 1 – Economia Solidária e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo.	
1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no município para promover produção, comercialização e consumo sustentáveis?	2. Quais as prioridades para fomentar atividades de produção, comercialização e consumo sustentáveis no município?
Grupo Temático 2 – Economia Solidária, Trabalho e Autogestão	
1. Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária no município? O que ameaça ou limita o seu fortalecimento?	2. Quais as prioridades para reconhecimento das formas de organização de trabalho associado e obtenção de renda em iniciativas de cooperação no município?
Grupo Temático 3 – Economia Solidária, superação das desigualdades e bem-viver	
1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no município para promover a superação da pobreza extrema e o bem viver no município?	2. Como potencializar as iniciativas econômicas solidárias para superação da pobreza e promoção do bem viver no município?
Grupo Temático 3 – Economia Solidária e Democracia: acesso às políticas e ao financiamento	
1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no município para promover a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas municipais?	2. Quais as políticas públicas municipais prioritárias para o fomento e o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias?

6º Momento: Plenária Final

- a) apresentação das Sínteses dos diagnósticos e deliberação sobre as proposições dos Grupos de Trabalho. Tempo Sugerido: 02 (duas) horas.
- b) Eleição de delegados e delegados para representar o município na Conferência Estadual de Economia Solidária. Tempo Sugerido: 01 (uma) hora.
- c) Escolha de Comissão Municipal para dar continuidade à elaboração do Plano Territorial de Economia Solidária. Tempo Sugerido: 10 (dez) minutos.

7º Momento: Encerramento da Conferência. Tempo Sugerido: 20 (vinte) minutos.



APÓS A CONFERÊNCIA MUNICIPAL: CONSTRUIR UM PLANO MUNICIPAL PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Comissão Organizadora da Conferência Municipal deverá remeter à Comissão Organizadora Estadual os seguintes documentos:

- a) relação dos participantes da conferência;
- b) relação e ficha de inscrição dos delegados e delegadas, titulares e suplentes, eleitos/as para a etapa estadual, quando for o caso;
- c) relatório síntese da conferência com as 10 (dez) propostas prioritárias para enviar como contribuição para a Conferência Territorial ou 05 (cinco) propostas para Conferência Estadual de Economia Solidária.

O Conselho Municipal de Economia Solidária, quando houver, ou a Comissão escolhida ao final da Conferência Municipal deverá reunir e traçar um cronograma para a continuidade da elaboração do Plano Municipal da Economia Solidária. O ideal é que os planos municipais sejam elaborados até dezembro de 2014 para subsidiar os planos estaduais e nacional.

Como sugerido anteriormente, se o Município já tiver um Plano de Desenvolvimento Municipal atualizado, deve-se apenas buscar aperfeiçoá-lo inserindo as estratégias e prioridades da economia solidária. Para tanto, é fundamental, dialogar com o colegiado responsável pelo plano para apresentar os resultados da Conferência de Economia Solidária e propor as ações.

Para construção do Plano, sugere-se a realização de seminários, apresentando os resultados da Conferência e dialogando com as realidades locais. Da mesma forma, propõe-se a realização de reuniões com segmentos (poder público, entidades e movimentos sociais e empreendimentos) para aprofundar as questões específicas.

Para conclusão do processo, sugere-se a realização de uma atividade municipal onde a Comissão responsável pelo processo possa apresentar um esboço do Plano e definir os próximos passos.

Considerando que o Plano não é algo estático (parado no tempo), deve haver um cronograma para acompanhar sua execução e para o aperfeiçoamento (atualização, correção) do mesmo.

III – Conferências Temáticas Livres

Conforme o regulamento da III CONAES, as CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS e LIVRES elaborarão diretrizes temáticas ou setoriais e oferecerão subsídios para as conferências municipais, territoriais, estaduais e nacional.

As Conferências Temáticas e livres NÃO SERÃO ELETIVAS e terão caráter de sensibilização, mobilização, articulação, promoção do debate em seus temas específicos no processo de construção da Conferência Nacional.

As conferências temáticas e livres poderão ser presenciais ou à distância com utilização de sistemas de videoconferência.

As conferências temáticas e livres deverão debater temas de âmbito nacional que são estratégicos para a economia solidária.

3.1 Objetivos

São objetivos específicos das conferências temáticas e livres:

- a) aprofundar temas específicos com base nos acúmulos da I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária;
- b) promover o balanço sobre avanços e desafios em relação aos temas específicos considerando

as deliberações da I II CONAES;

c) elaborar diretrizes temáticas ou setoriais para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária; e

d) oferecer subsídios para as conferências municipais, territoriais, estaduais e nacional.

3.2 Planejamento e Convocação de Conferência Temática Livre

As conferências temáticas e livres poderão ser propostas pela Comissão Organizadora Nacional da III CONAES, pelos Comitês Temáticos do Conselho Nacional de Economia Solidária ou por outras organizações e segmentos interessados em realizar uma conferência para aprofundamento de um tema específico ou mobilizar um segmento específico da sociedade.

A realização da Conferência Temática deverá ser validada pela Comissão Organizadora Nacional da III CONAES.

3.3 O Passo-a-passo das Conferências Temáticas Livres



Comissão organizadora da Conferência Temática

Para a realização da Conferência, deverá ser constituída uma COMISSÃO ORGANIZADORA TEMÁTICA com a participação de representantes dos diversos segmentos, com as seguintes atribuições:

- a) elaborar metodologia e programação da conferência, adequando a proposta deste guia;
- b) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições;
- c) mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais na respectiva conferência;
- d) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência;
- e) articular-se com a Comissão Organizadora Nacional para a mobilização de moderadores de grupos de trabalho e palestrantes;
- f) definir o número de participantes para a conferência, levando-se em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e os critérios de representatividade e diversidade, de forma a assegurar a participação dos principais segmentos da economia solidária;
- g) preparar o material didático para a conferência com o Texto de Referência da III CONAES, cópias do regimento interno e outros materiais necessários; e
- h) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência e remeter à Comissão Organizadora Nacional.



Mobilização dos Participantes

A Comissão Organizadora Temática deverá mobilizar os empreendimentos econômicos solidários, as entidades da sociedade civil e os órgãos e entidades públicas para contribuir com a organização e participar ativamente da conferência.

Além de participar ativamente da Comissão Organizadora, o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária são fundamentais para o processo de mobilização.

A Conferência Temática deverá ter a participação proporcional dos seguintes segmentos:

- a) representantes do Poder Público: gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25% dos participantes);
- b) organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25% dos participantes); e
- c) empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50% dos participantes).

Além da representação dos segmentos, conforme o regulamento geral da III CONAES, deve ser considerado os seguintes critérios adicionais: participação proporcional de homens e de mulheres; presença de povos e populações tradicionais e outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária.



Planejamento da Infraestrutura

A Comissão Organizadora da Conferência Temática deverá promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência: transporte, hospedagem, refeições, espaço físico, material didático.

Os apoios devem ser buscados junto aos órgãos governamentais federais, com organizações da sociedade civil, com os empreendimentos econômicos solidários e com outras organizações públicas e privadas interessadas em promover a economia solidária. A construção da conferência temática pode se transformar em um grande mutirão, ampliando o apoio e à adesão à economia solidária.

Além disso, recomenda-se que sejam aproveitados momentos e atividades nacionais já programadas para realização da conferência temática, tais como: feiras de economia solidária, seminários dos projetos ou programas em execução etc. Dessa forma, pode-se otimizar recursos e garantir o maior número de participantes na conferência.



Realização – Roteiro Metodológico

Apresentamos a seguir um roteiro metodológico para a Conferência Temática que será realizada em 03 dias, com 24 horas de duração.

1º Momento: Credenciamento:

- Sugere-se que o credenciamento seja feito desde o dia anterior à realização da conferência e du-

rante todo o primeiro dia da conferência, até o momento das deliberações para aproveitar o máximo do tempo.

2º Momento: Abertura da conferência, boas vindas, saudações e apresentação dos participantes.

- Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural.
- Nesse momento também pode-se organizar uma mesa de abertura para saudação dos organizadores aos participantes.

3º Momento: Leitura e aprovação do regimento interno da conferência com objetivos, metodologia e procedimento para apreciação das propostas, conforme minuta apresentada pela Comissão Organizadora da Conferência Temática.

4º Momento: Apresentação e debate do Texto de Referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária.

- A Comissão Organizadora deverá apresentar o texto ou solicitar que palestrantes convidados façam esta apresentação.
- Promover o debate com o máximo de participação e envolvimento.

5º Momento: Painéis sobre a Temática da Conferência.

- Os painéis deverão resgatar os acúmulos sobre a temática, sobretudo nos Anais da I e II Conferência Nacional de Economia Solidária.
- Também devem ser realizados balanços dos avanços e desafios sobre a implementação das estratégias e ações propostas pelas Conferências Nacionais;
- Formular, a partir de diferentes perspectivas de análise, questões e provocações para aprofundamento na Conferência Temática.

6º Momento: Grupos de Trabalho para aprofundamento e construção das proposições.

Os participantes da Conferência deverão ser organizados em grupos de trabalho para debater as perguntas formuladas pela Comissão Organizadora. Seguem algumas questões que podem ajudar a orientar a construção de um plano nacional de economia solidária:

- a) Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no Brasil para promover ... (ver temática específica)?
- b) Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária no Brasil? O que ameaça ou limita o seu fortalecimento?
- c) Quais as prioridades para fomentar atividades de (ver temática)?
- d) Como potencializar as iniciativas econômicas solidárias para promover o desenvolvimento nacional sustentável e solidário?

7º Momento: Plenária final – Apresentação das Sínteses dos diagnósticos e deliberação sobre as proposições dos Grupos de Trabalho.

- Cada Grupo de Trabalho apresenta a síntese do diagnóstico.
- As proposições formuladas pelos Grupos de Trabalho devem ser projetadas para todos os participantes.
- Os participantes debatem e aprovam as propostas prioritárias para enviar como contribuição para a Conferência Nacional de Economia Solidária.

8º Momento: Encerramento da Conferência Temática.

- Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural.
- Nesse momento também pode-se organizar uma mesa de encerramento com os organizadores da conferência e seus apoiadores para apresentação de compromissos com a continuidade do processo.

**Elaboração do Documento Temático**

Cada conferência temática deverá elaborar o documento, contendo uma síntese dos temas debatidos e as proposições formuladas.

A Comissão Organizadora da Conferência Temática deverá sistematizar o documento final e remeter à Comissão Organizadora Nacional junto com a relação dos participantes da conferência temática. O documento deverá ser enviado em até 30 dias após a realização da Conferência Temática.

Recomenda-se que o documento final da conferência temática seja elaborado considerando que o mesmo servirá de subsídio para as demais etapas da III CONAES. Por isso deverá ser sucinto com linguagem clara e objetiva e com as propostas organizadas por tópicos ou subtemas, quando for o caso.

IV – CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

4.1 Objetivos

São objetivos específicos das conferências estaduais:

- a) promover a elaboração de planos estaduais de desenvolvimento da economia solidária;
- b) oferecer subsídios para o plano nacional de economia solidária que será debatido na conferência nacional; e
- c) eleger delegados e delegadas para a Conferência Nacional de Economia Solidária considerando que a realização de Conferências Estaduais é fator indispensável para a participação de delegados na etapa nacional da III CONAES.

4.2 Planejamento e Convocação das Conferências Estaduais

A Conferência Estadual será convocada:

- a) preferencialmente, pelo respectivo conselho estadual de economia solidária quando existir;
- b) pelo respectivo governo estadual; e
- c) quando não existir conselho estadual de economia solidária e quando o governo estadual não convocar a conferência no prazo previsto, a conferência estadual poderá ser convocada pela Superintendência Regional (SRTE) do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de ato formal, juntamente com o respectivo Fórum Estadual de Economia Solidária.

4.3 O Passo-a-passo das Conferências Estaduais



Comissão Organizadora Estadual

Para a realização da Conferência Estadual, deverá ser constituída uma COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL com a participação de representantes dos diversos segmentos da economia solidária, com as seguintes atribuições:

- a) planejar e convocar as conferências territoriais, inclusive considerando aqueles territórios com índices mais elevados de pobreza;
- b) definir a necessidade de realização de conferências municipais eletivas, quando por motivos de distância ou impossibilidades conjunturais, não for possível a realização de conferências territoriais ou intermunicipais;
- c) definir o número de delegados e delegadas eleitos para a conferência estadual nas etapas territoriais e municipais;
- d) elaborar orientações específicas para as conferências territoriais e municipais no âmbito da abrangência da respectiva UF;
- e) definir o número de participantes para a conferência estadual, levando em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e os critérios de representatividade e diversidade, de forma a assegurar a participação dos principais segmentos da economia solidária no estado;
- f) elaborar metodologia e programação da conferência estadual;
- g) sistematizar os resultados das conferências territoriais e municipais (eletivas) para compor um documento de referência para a etapa estadual;
- h) mobilizar e articular a participação dos empreendimentos econômicos solidários, suas organizações, governos, parlamentares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais nas conferências preparatórias e na etapa estadual;
- i) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da conferência estadual;
- j) elaborar proposta de divulgação e a estratégia de comunicação das conferências preparatórias e da conferência estadual;
- k) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições;
- l) preparar o material didático para a conferência com o Texto de Referência da III CONAES, cópias do regimento interno e outros materiais necessários;
- m) remeter à Comissão Organizadora Nacional a relação dos delegados e delegadas eleitos/as na etapa estadual para participar na Conferência Nacional de Economia Solidária; e
- n) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência estadual e remeter à Comissão Organizadora Nacional.

2

Mobilização dos Participantes

A Comissão Organizadora Estadual deverá mobilizar os empreendimentos econômicos solidários, as entidades da sociedade civil e os órgãos e entidades públicas para contribuir com a organização e participar ativamente da Conferência Estadual. Os fóruns estaduais de economia solidária serão fundamentais para esse processo de mobilização.

Sugere-se a realização de reuniões ou outros tipos de atividades preparatórias para debater a realidade da economia solidária e a importância de construir um plano estadual para o desenvolvimento da mesma. As reuniões de mobilização também devem servir para construir as condições para participação da delegação do estado na conferência nacional, tais como, a organização de transporte, da hospedagem etc.

A Conferência Estadual deverá ter a participação proporcional dos seguintes segmentos:

- a) Representantes do Poder Público: gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25% dos participantes);
- b) Organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25% dos participantes); e
- c) Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50% dos participantes).

Além da representação dos segmentos, conforme o regulamento geral da III CONAES, deve ser considerado os seguintes critérios adicionais: participação proporcional de homens e de mulheres; presença de povos e populações tradicionais e outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária no território.

A Comissão Organizadora Estadual poderá prever também, com base em critérios, a participação de observadores e convidados na etapa estadual, bem como os direitos e deveres dos mesmos.

3

Planejamento da Infraestrutura

A Comissão Organizadora Estadual deve promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência: transporte, hospedagem, refeições, espaço físico, material didático.

Os apoios devem ser buscados junto aos órgãos governamentais estaduais e federais, com organizações da sociedade civil, com os empreendimentos econômicos solidários e com outras organizações públicas e privadas interessadas em promover o desenvolvimento da economia solidária no estado. A construção da conferência estadual pode se transformar em um grande mutirão, ampliando o apoio e à adesão à economia solidária.

4

Sistematização das Proposições das Conferências Preparatórias (territoriais e municipais)

As Comissões Organizadoras Estaduais deverão sistematizar todas as proposições encaminhadas pelas conferências preparatórias (territoriais e municipais) na respectiva UF e elaborar o Documento Base da Conferência Estadual.

O processo de sistematização tem por finalidade organizar as proposições por temas ou questões visando facilitar os debates na etapa estadual. Recomenda-se, no entanto, que sejam identificadas as origens das proposições (ou seja, de qual conferência preparatória é originária).

O Documento de Referência Estadual deverá ser impresso com antecedência e distribuído aos participantes da etapa estadual no momento do credenciamento.

5

Realização – Roteiro Metodológico

Apresentamos a seguir um roteiro metodológico para a Conferência Estadual que será realizada em 03 dias, com 24 horas de duração. O roteiro poderá ser adaptado pela Comissão Organizadora Estadual.

1º Momento: Credenciamento:

- A Comissão Organizadora Estadual deverá ter preparado, previamente, a lista dos delegados e delegadas, titulares e suplentes, eleitos/as nas conferências preparatórias (territoriais e municipais) para participar da conferência estadual.
- O credenciamento é a confirmação da presença de delegados e delegadas na conferência.
- Sugere-se que o credenciamento seja feito desde o dia anterior à realização da conferência e durante todo o primeiro dia da conferência, até o momento das deliberações (votação das propostas e eleição de delegados/as) para aproveitar o máximo do tempo.
- No ato do credenciamento, cada participante deverá escolher os Grupos Temáticos (ver Passo Metodológico 4º), conforme limite máximo definido pela Comissão Organizadora Estadual.

2º Momento: Abertura da conferência, boas vindas, saudações e apresentação dos participantes.

- Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural regional.
- Nesse momento deve-se organizar uma mesa de abertura para saudação dos organizadores aos participantes.

3º Momento: Leitura e aprovação do regimento interno da conferência estadual com objetivos, metodologia, procedimento para apreciação das propostas e forma de escolha de delegados e delegadas do estado para a Conferência Nacional de Economia Solidária.

- A Comissão Organizadora Estadual deverá propor uma minuta para regimento da conferência estadual.
- O regimento deverá ser lido item a item, com debate dos destaques apresentados pelos partici-

pantes e votado pelos presentes.

- A definição de número de delegados e delegadas de cada Unidade da Federação para a etapa nacional da III CONAES foi previamente definido no Regulamento Geral;
- Os critérios de escolha de delegados e delegadas, titulares e suplentes, para participar da Conferência Nacional são aqueles definidos no Regulamento Geral da III CONAES e os acessórios definidos pela Comissão Organizadora Estadual.

4º Momento: Apresentação e debate do Texto de Referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária e do Documento Base da Conferência Estadual.

- Um representante da Comissão Organizadora Nacional deverá apresentar o Texto de Referência da III CONAES.
- A Comissão Organizadora Estadual deverá apresentar o texto ou solicitar que palestrantes convidados façam esta apresentação.
- Promover o debate com o máximo de participação e envolvimento.

5º Momento: Painel(is) para apresentação e debate do Tema da III Conferência Nacional de Economia Solidária.

- Os painéis deverão resgatar os acúmulos da economia solidária na Unidade da Federação a partir das resoluções da I e II Conferências Estaduais e Nacionais de Economia Solidária.
- Também devem ser realizados balanços dos avanços e desafios sobre a implementação das estratégias e ações propostas pelas conferências estaduais e nacionais de economia solidária;
- Formular, a partir de diferentes perspectivas de análise, questões e provocações para aprofundamento nas Plenárias Temáticas.
- Promover o debate com o máximo de participação e envolvimento.

6º Momento: Plenárias Temáticas para debate e construção das proposições.

- Os participantes da Conferência deverão ser organizados em, pelo menos, 04 (quatro) Plenárias Temáticas para debater perguntas que ajudam a orientar a construção de um plano estadual de economia solidária.
- As Plenárias Temáticas são:
 - Plenária Temática 01 – Produção, Comercialização e Consumo Sustentáveis;
 - Plenária Temática 02 – Financiamento: crédito e finanças solidárias;
 - Plenária Temática 03 – Conhecimentos: educação, formação e assessoramento; e
 - Plenária Temática 04 – Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas.
- Além dessas 04 Plenárias Temáticas, a Comissão Organizadora poderá propor outra(s) que deem conta de debater conteúdos ou temáticas específicas da realidade estadual.

Questões de Diagnóstico, considerando os acúmulos das Conferências preparatórias territoriais e municipais – Documento Base Estadual.	Questões propositivas, considerando os acúmulos das Conferências preparatórias territoriais e municipais – Doc. Base Estadual.
Plenária Temática: Produção, comercialização e consumo.	

Questões de Diagnóstico, considerando os acúmulos das Conferências preparatórias territoriais e municipais – Documento Base Estadual.	Questões propositivas, considerando os acúmulos das Conferências preparatórias territoriais e municipais – Doc. Base Estadual.
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária em âmbito estadual para promover produção, comercialização e consumo sustentáveis?</p> <p>2. Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária em âmbito estadual?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentáveis em âmbito estadual?</p>	<p>4. Quais as prioridades para fomentar atividades de produção, comercialização e consumo sustentáveis em âmbito estadual?</p> <p>5. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para promover a produção, a comercialização e o consumo na perspectiva do desenvolvimento sustentável?</p>
Plenária Temática: Financiamento: crédito e finanças solidárias	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária em âmbito estadual para acessar financiamento e promover as iniciativas de finanças solidárias?</p> <p>2. Quais as oportunidades para fortalecer a economia solidária em âmbito estadual com acesso ao financiamento e promoção das iniciativas de finanças solidárias?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o acesso ao financiamento e a promoção das iniciativas de finanças solidárias em âmbito estadual?</p>	<p>4. Quais as prioridades para financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promoção das iniciativas de finanças solidárias em âmbito estadual?</p> <p>5. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para o acesso ao financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promover as iniciativas de finanças solidárias na perspectiva do desenvolvimento sustentável?</p>
Plenária Temática: Conhecimentos: educação, formação e assessoramento	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no âmbito estadual?</p> <p>2. Quais as oportunidades existentes para fortalecer o acesso aos conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no âmbito estadual?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o acesso aos conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas em âmbito estadual?</p>	<p>4. Quais as prioridades e estratégias para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas em âmbito estadual?</p> <p>5. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas na perspectiva do desenvolvimento sustentável?</p>

Questões de Diagnóstico, considerando os acúmulos das Conferências preparatórias territoriais e municipais – Documento Base Estadual.	Questões propositivas, considerando os acúmulos das Conferências preparatórias territoriais e municipais – Doc. Base Estadual.
Plenária Temática: Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas	
<p>1. Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para promover um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas em âmbito estadual?</p> <p>2. Quais as oportunidades para criar ou fortalecer um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da economia solidária em âmbito estadual?</p> <p>3. O que ameaça ou limita o reconhecimento, o desenvolvimento e o fortalecimento da economia solidária em âmbito estadual?</p>	<p>4. Quais as políticas públicas prioritárias para o fomento e o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias em âmbito estadual?</p> <p>5. Como construir um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária em âmbito estadual?</p> <p>6. Como potencializar as forças próprias da economia solidária e as oportunidades existentes para criar ou fortalecer um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas em âmbito estadual?</p>

- Nas Plenárias Temáticas, os participantes deverão também indicar até 10 (dez) proposições que deverão seguir para deliberação da plenária final para envio como contribuição para a etapa nacional da III CONAES.

7º Momento: Sistematização das proposições elaboradas nas Plenárias Temáticas para elaborar o Documento de Deliberação da Plenária Final.

- Cada Plenária Temática designará uma pessoa responsável pela sistematização dos resultados dos debates.
- Os sistematizadores das Plenárias Temáticas juntamente com a Comissão Organizadora da Conferência Estadual deverão sistematizar o Documento de Deliberação da Plenária Final.
- O processo de sistematização tem por finalidade organizar as proposições por temas ou questões visando facilitar os debates na plenária final. Recomenda-se, no entanto, que sejam identificadas as origens das proposições (ou seja, de qual plenária temática é originária a proposta).
- Nesse momento também deverão ser sistematizadas e organizadas as 10 (dez) propostas de cada plenária temática para deliberação e encaminhamento para a etapa nacional da III CONAES.
- O documento deverá ser entregue impresso a todos os participantes e projetado em telão para leitura e visualização da deliberação.

8º Momento: Plenária final

a) Apresentação de sínteses das Plenárias Temáticas e deliberação sobre o documento final da conferência estadual.

- Cada Plenária Temática apresenta a síntese dos debates realizados, sobretudo sobre os diagnósticos.
- O documento com a sistematização das proposições formuladas pelas Plenárias Temáticas deve

ser projetado para todos os participantes.

- Os participantes debatem e deliberam sobre todas as proposições, conforme definido no regimento interno da conferência estadual.
- Ao final, os participantes indicam 10 (dez) proposições que deverão ser encaminhadas para a etapa nacional da III CONAES.

b) Eleição de delegados e delegados, titulares e suplentes, para representar a Unidade da Federação na III Conferência Nacional de Economia Solidária.

- As regras e critérios para eleição deverão estar definidos no regimento interno.
- Lembrar que além da proporcionalidade dos segmentos (50% de empreendimentos, 25% de entidades de apoio e 25% de gestores públicos), o regulamento geral da III CONAES estabeleceu outros critérios e proporcionalidades:
 - garantia de, no mínimo, 50% de mulheres;
 - garantia de representação de povos e populações tradicionais, conforme critérios definidos pelas comissões organizadoras estaduais; e
 - outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária na respectiva UF.

c) Delegação ao Conselho Estadual, quando houver, ou constituição de Comissão Estadual para elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária.

- Debater e definir estratégias para continuidade do processo.
- Se o estado já tiver um Plano Estadual de Economia Solidária a estratégia deve ser de atualização do mesmo.
- Quando existir Conselho Estadual de Economia Solidária, o mesmo deverá assumir a tarefa de dar continuidade à elaboração do plano estadual.
- Quando não existir Conselho Estadual de Economia Solidária, deverá ser escolhida uma Comissão para continuar animando o processo de formulação do plano estadual.

9º Momento: Encerramento da Conferência Estadual.

- Recomenda-se que seja um momento alegre e festivo com algum tipo de apresentação cultural regional.
- Nesse momento deve-se organizar uma mesa de encerramento com os organizadores da conferência e seus apoiadores para apresentação de compromissos com a continuidade do processo.



Após a Conferências Estadual: Construir um Plano Estadual para o Fortalecimento da Economia Solidária

A Comissão Organizadora da Conferência Estadual deverá remeter à Comissão Organizadora Nacional os seguintes documentos, nos prazos previstos no Regulamento Geral da III CONAES:

- a) relação dos participantes da conferência estadual;
- b) relação e ficha de inscrição dos delegados e delegadas, titulares e suplentes, eleitos/as para a etapa nacional;
- c) relatório síntese da conferência estadual com todas as proposições aprovadas e mais as 10 (dez) propostas prioritárias aprovadas pela Conferência Estadual de Economia Solidária como contribuição para a etapa nacional da III CONAES.

O Conselho Estadual de Economia Solidária, quando houver, ou a Comissão Estadual escolhida ao final da Conferência Estadual deverá reunir e traçar um cronograma para a continuidade da elaboração do Plano Estadual da Economia Solidária. O ideal é que os Planos Estaduais sejam elaborados até março de 2015 para subsidiar a elaboração dos Planos Plurianuais estaduais e nacional.

Como sugerido anteriormente, se o Estado já tiver um Plano de Desenvolvimento Estadual da Economia Solidária, deve-se apenas buscar aperfeiçoá-lo inserindo as estratégias e prioridades aprovadas na Conferência.

Para construção do Plano, sugere-se a realização de seminários estaduais, apresentando os resultados da Conferência Estadual e dialogando sobre os mesmos. Da mesma forma, propõe-se a realização de reuniões com segmentos (poder público, entidades e movimentos sociais e empreendimentos) para aprofundar as questões específicas.

Para conclusão do processo, sugere-se a realização de uma atividade estadual onde o Conselho Estadual de Economia Solidária ou a Comissão Estadual responsável pelo processo possa apresentar um esboço do Plano e definir os próximos passos.

Considerando que o Plano não é algo estático (parado no tempo), deve haver um cronograma para acompanhar sua execução e para o aperfeiçoamento (atualização, correção) do mesmo.

Anexos

ANEXO I – REGULAMENTO GERAL DA III CONAES

Resolução nº. 01/2013 de 24 de julho de 2013

Aprova o Regulamento Geral da III Conferência Nacional de Economia Solidária

A Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Economia Solidária, no uso das atribuições previstas no art. 4º da Resolução/CNES, nº 05, de 19 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º – Aprovar o Regulamento Geral da III Conferência Nacional de Economia Solidária.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Comissão Organizadora Nacional da III CONAES

REGULAMENTO GERAL DA III CONAES

I – OBJETIVOS DA III CONAES

1. Realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária;
2. Promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil;
3. Elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e
4. Elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país.

II – TEMÁRIO DA III CONAES

1. A III Conferência Nacional de Economia Solidária terá como Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”
2. O tema da IIIª Conferência Nacional de Economia Solidária deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas públicas que abrangem a economia solidária, garantindo a abordagem a partir dos seguintes eixos:

EIXO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional.

EIXO II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO: definições estratégicas considerando a análise do contexto, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

EIXO III – LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PLANO: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

3. Os eixos serão orientadores das conferências preparatórias que terão como objetivos específicos a elaboração dos respectivos planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária, oferecendo subsídios para a formulação do plano nacional.
4. Os eixos serão orientadores das conferências temáticas e livres que terão como objetivos específicos a elaboração de diretrizes temáticas ou setoriais para subsidiar a formulação dos planos municipais territoriais, estaduais e nacional.

III – ROTEIROS E DOCUMENTOS DA III CONAES

1. A Comissão Organizadora Nacional elaborará o ROTEIRO ORIENTADOR para a realização das conferências preparatórias (municipais, territoriais, estaduais e temáticas) a partir do temário da III CONAES e dos EIXOS acima especificados.
2. Os DOCUMENTOS SÍNTESES RESULTADOS DE CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS OU LIVRES serão disseminados pela Comissão Organizadora Nacional da III CONAES como subsídios para as conferências municipais, territoriais, estaduais e nacional.
3. As Conferências Estaduais debaterão e deliberarão sobre documento referencial com propostas

para o plano estadual de economia solidária com os subsídios das conferências municipais, territoriais, temáticas e livres preparatórias.

4. Para a Etapa Nacional, a Comissão Organizadora Nacional da III CONAES elaborará um documento referencial com proposta de plano nacional da economia solidária contendo os subsídios das conferências estaduais, temáticas e livres.

5. A Comissão Organizadora Nacional sistematizará o relatório final e os anais da III Conferência Nacional de Economia Solidária, submetendo-os ao Conselho Nacional de Economia Solidária.

6. O Conselho Nacional de Economia Solidária elaborará e definirá estratégias de inclusão do plano nacional de economia solidária com base nas resoluções da III CONAES, no Plano Plurianual do Governo Federal e na Política Nacional de Economia Solidária.

IV – ETAPAS E DIRETRIZES METODOLÓGICAS

1. A CONFERÊNCIA NACIONAL será antecedida de conferências preparatórias: municipais, territoriais ou intermunicipais; estaduais; temáticas e livres.

2. As CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS elaborarão planos territoriais de economia solidária e oferecerão subsídios para os planos estaduais que serão debatidos nas conferências estaduais.

3. As Conferências Territoriais são supramunicipais e infraestaduais, definidas a partir de agrupamento de municípios, tais como as microrregiões, as regiões metropolitanas, os consórcios municipais de desenvolvimento, os territórios da cidadania, os territórios de desenvolvimento rural sustentável, entre outros exemplos.

4. A realização de Conferências municipais e/ou territoriais é fator indispensável para a participação de delegados nas Conferências Estaduais.

5. As Conferências Territoriais ou Regionais poderão ser antecedidas de conferências municipais convocadas pelo executivo municipal ou pelo conselho municipal de economia solidária quando houver. A participação nas conferências municipais não é exigência ou requisito obrigatório para participação nas conferências territoriais ou regionais.

6. A comissão organizadora estadual definirá a necessidade de realizar conferências municipais eletivas, quando, por motivos objetivos de distância ou impossibilidades conjunturais, não for possível a realização de conferências territoriais.

7. As CONFERÊNCIAS ESTADUAIS elaborarão planos estaduais de economia solidária e oferecerão subsídios para o plano nacional que será debatido na conferência nacional.

8. A realização de conferência estadual é fator indispensável para a participação de delegados da respectiva UF na etapa nacional da III CONAES.

9. As CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS elaborarão diretrizes temáticas ou setoriais e oferecerão subsídios para as conferências municipais, territoriais, estaduais e nacional.

10. As CONFERÊNCIAS LIVRES elaborarão diretrizes especiais como subsídios para as demais etapas da III CONAES.

11. As Conferências Temáticas e livres NÃO SERÃO ELETIVAS e terão caráter de sensibilização, mobilização, articulação, promoção do debate em seus temas específicos no processo de construção da Conferência Nacional.

12. As conferências temáticas e livres deverão ser validadas pela Comissão Organizadora Nacional.

13. As conferências temáticas e livres poderão ser presenciais ou à distância com utilização de sistemas de videoconferência.

IV – COMISSÕES ORGANIZADORAS

IV.1 – COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

A III CONAES será coordenada por uma COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL designada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária com as seguintes atribuições:

- a) coordenar, supervisionar e promover a realização da III Conferência Nacional de Economia Solidária, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
- b) elaborar regulamento geral da Conferência Nacional e regimento para a Plenária;
- c) elaborar documentos de referência, metodologia e programação;
- d) promover a sistematização da redação do Documento Final da III CONAES;
- e) mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais nas Conferências preparatórias e na Conferência Nacional;
- f) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da Conferência;
- g) promover ou convocar conferências temáticas;
- h) registrar e analisar para fins de validação as propostas de realização de conferências temáticas e livres;
- i) elaborar proposta de divulgação e a estratégia de comunicação; e
- j) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições.

IV.2 – COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

1. Para a realização das etapas estaduais deverão ser constituídas COMISSÕES ORGANIZADORAS ESTADUAIS com a participação de representantes de todos os segmentos que compõem a III CONAES.

2. As Comissões Organizadoras Estaduais serão designadas juntamente com a convocação da etapa estadual da III CONAES:

- a) preferencialmente, pelo respectivo conselho estadual de economia solidária quando existir;
- b) pelo respectivo governo estadual; e
- c) quando não existir conselho estadual de economia solidária e quando o governo estadual não convocar a conferência no prazo previsto, a conferência estadual poderá ser convocada pela Superintendência Regional (SRTE) do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de ato formal, juntamente com o respectivo Fórum Estadual de Economia Solidária.

3. As Comissões Organizadoras Estaduais terão as seguintes atribuições:

- a) planejar e convocar as conferências territoriais, inclusive considerando aqueles territórios com índices mais elevados de pobreza;
- b) definir a necessidade de realização de conferências municipais eletivas, quando por motivos de distância ou impossibilidades conjunturais, não for possível a realização de conferências territoriais ou intermunicipais;

- d) elaborar orientações específicas para as conferências territoriais e estaduais no âmbito da abrangência da respectiva UF;
- e) elaborar metodologia e programação da conferência estadual;
- f) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência estadual e remeter à Comissão Organizadora Nacional;
- g) mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais nas conferências preparatórias e na etapa estadual;
- h) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da conferência estadual;
- i) elaborar proposta de divulgação e a estratégia de comunicação das conferências preparatórias e da conferência estadual; e
- j) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições.

IV.3 – COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL (MUNICIPAL OU TERRITORIAL)

1. As Conferências Municipais, Territoriais ou Regionais serão convocadas pela Comissão Organizadora Estadual, preferencialmente em conjunto com os Executivos Municipais e ou Conselhos Municipais de Economia Solidária, quando houver.
2. Para a realização de cada Conferência Territorial ou Intermunicipal, deverá ser constituída uma COMISSÃO ORGANIZADORA TERRITORIAL com a participação de representantes dos diversos segmentos, considerando os municípios da abrangência territorial ou regional, com as seguintes atribuições:
 - a) elaborar metodologia e programação da conferência preparatória na respectiva abrangência;
 - b) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência e remeter à Comissão Organizadora Estadual;
 - c) mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais na respectiva conferência;
 - d) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência; e
 - e) constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições.

IV.4 – COMISSÃO ORGANIZADORA TEMÁTICA

1. Para a realização de cada Conferência Temática ou Livre deverá ser constituída pelos seus proponentes, uma COMISSÃO ORGANIZADORA TEMÁTICA com a participação de representantes de todos os segmentos, que compõem a III CONAES com as seguintes atribuições:
 - a) elaborar metodologia e programação da respectiva conferência;
 - b) promover a sistematização da redação do Documento Final da conferência e remeter à Comissão Organizadora Nacional;
 - c) mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais na respectiva conferência; e

d) promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência.

U – PARTICIPANTES DA III CONAES

1. A III Conferência Nacional de Economia Solidária, em todas as suas etapas, deverá ter a participação proporcional dos seguintes segmentos:

- a) Segmento I – Representantes do Poder Público (Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal): gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25%);
- b) Segmento II – Organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25%); e
- c) Segmento III – Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50%).

2. Serão delegados da III CONAES:

- a) 1460 delegados/as eleitos/as nas Conferências Estaduais, garantindo no mínimo 50% de mulheres;
- b) Membros do Conselho Nacional de Economia Solidária; e
- c) Até 3% do total de delegados definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

3. A quantidade de delegados (as) por UF está definida no Item VII do presente Regulamento.

4. Serão delegados das Conferências Estaduais:

- a) aqueles eleitos nas respectivas conferências preparatórias; e
- b) os delegados natos definidos pela Comissão Organizadora Estadual, com base nos critérios de membros de Conselhos Estaduais de Economia Solidária e representantes do Governo Estadual.

5. As Comissões Organizadoras das Conferências Estaduais definirão os critérios de participação nas conferências preparatórias, a quantidade de delegados das conferências estaduais e outros critérios de eleição dos delegados estaduais para a conferência nacional, além dos definidos no presente Regulamento Geral.

6. Na Conferência Nacional de Economia Solidária, além dos delegados, haverá participação de convidados e observadores, cujos critérios e quantidade serão definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

7. Na definição da composição de delegados eleitos nas conferências estaduais para participação na etapa nacional da III CONAES, serão observados os seguintes critérios complementares:

- a) garantia de, no mínimo, 50% de mulheres;
- b) garantia de representação de povos e populações tradicionais, conforme critérios definidos pelas comissões organizadoras estaduais;
- c) outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia solidária na respectiva UF.

VI – CRONOGRAMA

Atividade	Período	Responsável
Convocação da III CONAES	19/Junho/2013	CNES
Regulamento da III CONAES	24/Julho/2013	Comissão Organizadora Nacional
Inscrições de Conferências Temáticas e Livres	Setembro a Novembro de 2013	Livres
Realização de Conferências Temáticas e Livres	Outubro de 2013 a Março de 2014	Comissões Temáticas
Convocação das Conferências Estaduais pelos Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou por Governos Estaduais.	01 de Agosto a 30 de Outubro de 2013	Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou Governos Estaduais (conforme Item IV, 2.)
Convocação das Conferências Estaduais pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária em conjunto com as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.	01 a 30 de Novembro de 2013	Fóruns Estaduais de Economia Solidária em conjunto com as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (conforme Item IV, 2.)
Convocação das Conferências Municipais/Territoriais	01 de Setembro de 2013 a 28 de Fevereiro de 2014	Comissões Organizadoras Estaduais
Realização das Conferências Municipais/Territoriais	Outubro de 2013 a Abril de 2014	Comissões Organizadoras Municipais, Territoriais e Estaduais
Realização das Conferências Estaduais de Economia Solidária	Abril a Junho de 2014 (preferencialmente, até maio de 2014)	Comissões Organizadoras Estaduais
Encaminhamento da lista de Delegados(as) e do relatório com resoluções das Conferências Estaduais	Até 30 de Agosto de 2014	Comissões Organizadoras Estaduais
Conferência Nacional de Economia Solidária	26 a 29 de novembro de 2014	Comissão Organizadora Nacional

VII – DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR UF

Obs.: A Comissão Organizadora Nacional optou por manter a mesma distribuição da II CONAES, realizada em 2010.

UF	Segmento I – Poder Público	Segmento II – Org. Sociais	Segmento III – Empreendimentos	Total
AC	6	6	12	24
AL	6	6	12	24
AM	8	8	16	32
AP	6	6	12	24
BA	25	25	50	100
CE	22	22	44	88
DF	7	7	14	28
ES	8	8	16	32
GO	11	11	22	44
MA	13	13	26	52
MG	21	21	42	84
MS	6	6	12	24
MT	10	10	20	40
PA	12	12	24	48
PB	11	11	22	44
PE	19	19	38	76
PI	13	13	26	52
PR	14	14	28	56
RJ	21	21	42	84
RN	13	13	26	52
RO	6	6	12	24
RR	6	6	12	24
RS	42	42	84	168
SC	16	16	32	64
SE	6	6	12	24
SP	31	31	62	124
TO	6	6	12	24
Brasil	365	365	730	1460

www.mte.gov.br

Apoio



Realização

Conselho Nacional de
Economia Solidária

Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

